

Sumário

Apresentação do autor	15
Prefácio	19
Introdução	23
Capítulo I – Análise do contexto legislativo brasileiro em relação à matéria da criminalidade organizada	31
1 Ausência de um conceito de criminalidade organizada no ordenamento jurídico brasileiro: uma constatação necessária...	31
1.1 O surgimento da Lei brasileira de combate ao crime organizado (Lei nº 9.034/95 e Lei nº 10.271/2001): discussões legislativas e o acompanhamento de uma nova ordem punitiva.....	41
1.2 As atuais propostas legislativas brasileiras sobre o tema da criminalidade organizada: ainda em busca de um conceito	51
2 O conceito adotado no Brasil para crime organizado, a partir da Convenção de Palermo	58
3 Breves notas conclusivas	70
Capítulo II – O conceito italiano de criminalidade organizada de tipo mafioso	73
1 Esclarecimentos iniciais necessários	74
	11

2 O tipo italiano dedicado à associação para delinquir de tipo mafioso: apontamentos sobre o nascimento da norma	78
3 Análise da lógica estruturante do tipo penal a partir de suas indicações inovadoras, naquilo que interessa para uma futura legislação brasileira: força de intimidação do vínculo associativo e da condição de <i>assoggettamento</i> e de <i>omertà</i> para o cometimento de delitos	85
3.1 Força de intimidação do vínculo associativo	90
3.2 Condição de <i>assoggettamento</i> e de <i>omertà</i> para cometimento de delitos	94
4 Da efetiva necessidade, aplicabilidade e aceitabilidade do conceito.....	97

Capítulo III – Definição de um tipo de ilícito de criminalidade organizada para a legislação brasileira a partir do Projeto de Lei nº 150/2006 e de aproveitamentos do modelo normativo italiano..... 103

1 Do crime de quadrilha ou bando: conceito e notas explicativas sobre esse delito associativo.....	105
1.1 Estruturação típica do conceito de criminalidade organizada, a partir da estrutura do delito de formação de quadrilha: inviabilidade.....	110
1.2 Anotação conclusiva sobre esse ponto.....	113
2 Aspectos da norma penal italiana de combate às organizações mafiosas que poderiam ser aproveitados no ordenamento jurídico brasileiro: uma aproximação necessária.....	117
2.1 O elemento estruturante da força de intimidação: viabilidade...	121
2.2 Elementos de <i>assoggettamento</i> e <i>omertà</i> como circunstâncias a serem aproveitadas na norma brasileira: viabilidade.....	127
3 Apenas uma imaginação: análise dos projetos brasileiros (150/2006 e 6.578/2009) e os possíveis aproveitamentos	130

Considerações conclusivas..... 135

Bibliografia..... 141